

-
-
-

Curitiba, 10 de Agosto de 2015
Carta nº 26/2015

Ao
INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
Grupo Especial de Licenciamento Ambiental
Rua Engenheiros Rebouças 1206
80215-100 - Curitiba – PR

Ref. **PCH PULO**, protocolo nº 7.839.590-7

Prezados Senhores

Fazemos menção ao Condicionante nº 03 da Licença Prévia nº 37.719, validade até 07/2016, que determinou à PCH PULO “apresentar documentação comprobatória de propriedade dos imóveis necessários à implantação do empreendimento”, para informar que a Hidroelétrica Pulo Ltda. já concluiu o cadastramento fundiário e atualmente está em negociações para aquisição ou estabelecimento de servidão administrativa dos imóveis abrangidos pelo projeto. O citado quadro fundiário se encontra em anexo.

Ocorre que para fechar a totalidade fundiária, a Pulo precisará requerer a Declaração de Utilidade Pública - DUP, à vista do aviltamento de preços das terras que já se está notando, comum em situações análogas em que proprietários percebem o interesse sobre porções de suas terras. Para que a empresa possa solicitar ao Poder Concedente (ANEEL) a referida Declaração é necessário haver autorização para o aproveitamento, o que pressupõe a homologação do Cronograma de Implantação e expedição da Licença de Instalação.

Requer-se assim, o adiamento temporário, pelo IAP, do cumprimento desse Condicionante de comprovação fundiária, que não se estenderá em prazo além do necessário às negociações com a ANEEL, situação que este IAP poderá se garantir ao condicionar a liberação da Autorização para Supressão, essencial ao início das Obras, à conclusão das negociações fundiárias. Perceba-se que o risco fica exclusivamente ao empreendedor, pois se este iniciar qualquer obra sem ter resolvido a questão fundiária o fato se refletirá na não concessão da AF de Supressão e, claro, menos ainda, na Licença de Operação.

Atenciosamente,

Original assinado pelo profissional

Dr. Arnaldo Carlos Muller
A.MULLER Consultoria Ambiental